



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

REQUERIMENTO Nº DE 2021

(Da Sra LUIZA ERUNDINA)

Requer realização de audiência pública acerca da inclusão da Empresa Brasil de Comunicação – EBC no Plano Nacional de Desestatização.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para debater, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a inclusão da emissora pública EBC – Empresa Brasil de Comunicação no Plano Nacional de Desestatização – PND, conforme anunciado nesta terça-feira (16) durante reunião do Comitê do Programa de Parcerias de Investimento – PPI.

CONVIDADOS:

- Ministro das Comunicações, Fábio Faria;
- Secretária Especial do PPI, Martha Sellier;
- Representante do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, responsável pelo processo de condução dos processos de desestatização;
- Presidente da EBC, Glenn Lopes;
- Representante dos servidores da EBC;
- Diretor da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ, Márcio Garoni;

Apresentação: 17/03/2021 08:49 - CCTCI

REQ n.12/2021

Documento eletrônico assinado por Luiza Erundina (PSOL/SP), através do ponto SDR_56371, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



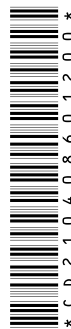


- Representante do Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé, Renata Mielli;
- Pesquisadora do Laboratório de Políticas de Comunicação (Lapcom) da Universidade de Brasília (UnB), Mariana Martins;
- Especialista em Comunicação Pública do Intervozes, Jonas Valente;
- Pesquisador Emérito do Núcleo de Estudos de Administração Brasileira (ABRAS/UFF) e do Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade (Lecotec) da FAAC/UNESP, já tendo sido Coordenador do GT de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações (MC); Chefe de Gabinete da Presidência da Empresa Brasil de Comunicação (EBC); e Coordenador-Geral de TV e Plataformas Digitais da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAv/MinC), Otavio Pieranti;
- Representante do Sindicato Jornalistas do DF, Daniel Isaia;
- Representante da Frente em Defesa da EBC e ex-presidente da empresa, Tereza Cruvinel.

JUSTIFICAÇÃO

Desde o seu início, o Governo Bolsonaro vem promovendo o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, empresa de comunicação pública criada após anos de debate, estudos e demanda social, para justificar sua privatização. Já no dia 31 de maio de 2019, o site de notícias do jornal O Globo publicou matéria¹ informando que o Presidente Jair Bolsonaro havia afirmado que a extinção da Empresa Brasil de Comunicação – EBC estava decidida. O presidente teria feito esta declaração em entrevista a Danilo Gentili, no SBT, onde também esclareceu que o secretário de Privatizações, Salim Mattar, já

1 Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/promessa-de-campanha-ebc-sera-extinta-afirma-bolsonaro-23708282?utm_source=Whatsapp&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar





estaria inclusive cuidando do processo. Para Bolsonaro, deveria haver um pequeno grupo de funcionários para atender a demandas como “convocação de rede nacional, viagem, imagens”. E a EBC seria um grande “peso para todos nós” e que mesmo sendo extinta “vai continuar pesado para todos nós, tendo em vista a quantidade enorme, mais de 2 mil funcionários concursados”.

Antes disso, ainda em janeiro de 2019, Bolsonaro anunciou o corte de cargos comissionados nas sedes de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão. A medida foi divulgada como uma das [metas previstas para os primeiros 100 dias de governo](#), embora o propósito não tenha sido detalhado junto à imprensa nem aos funcionários. Neste momento começava oficialmente o desmonte da emissora e da comunicação pública.

Como a comunicação pública é um princípio constitucional, preocupamos seu desmantelamento progressivo pelo governo. Em abril de 2019 foi anunciada a unificação da programação das duas tevês do conglomerado: TV Brasil, emissora pública, e NBR, emissora do governo federal, fortemente questionada pelo Ministério Público Federal e pela Câmara de Deputados. O que, na prática inviabiliza a comunicação pública, que visa o interesse público e não somente a divulgação de atos do governo, que é o que faz a NBR.

Além disso, o que ainda é feito sofre censura denunciada desde janeiro de 2019! Matéria veiculada pelo site *Intervozes*, reconhecido pela sua atuação em prol da comunicação social e pública no Brasil², conta que, no final de março, trabalhadores da EBC fizeram circular, nas redes sociais, denúncias de censura na cobertura jornalística sobre o Golpe Militar de 64³. O texto do *Intervozes* conta que “nas reportagens e títulos que tratam sobre o assunto, o termo ‘ditadura’ está sendo sistematicamente substituído por ‘regime militar’, a não ser quando as matérias trazem declarações do presidente para negar o fato: ‘para Bolsonaro, não houve ditadura no Brasil’. A palavra ‘golpe’ é ainda mais escondida. No lugar de ‘aniversário do golpe’, se usa ‘comemoração de 31 de março de 1964’”.

²<http://intervozes.org.br/na-tentativa-de-reescrever-a-historia-ebc-censura-ditadura-e-golpe-em-reportagens/>

³ Informação disponível em: <http://intervozes.org.br/na-tentativa-de-reescrever-a-historia-ebc-censura-ditadura-e-golpe-em-reportagens/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

Uma nota da Comissão de Empregados e dos Sindicatos de Jornalistas e Radialistas do DF, RJ e SP denunciou inclusive, à época, “a orientação da não veiculação de reportagens sobre a ação da DPU e da recomendação do MPF (substituindo matéria por “nota”, para fingir equilíbrio, quando se sabe o valor de cada formato dentro de um jornal), da retirada, redução ou desvalorização de relatos de vítimas da ditadura e até mesmo de dados já amplamente divulgados sobre o número de mortos e desaparecidos no período”⁴.

Sendo assim, considerando a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática um colegiado importante de representação e defesa dos direito à comunicação pública no país, o que envolve o acesso à informação de interesse público, solicita-se a realização da presente audiência pública, para a qual pedimos apoio aos nobres pares.

Sala das Comissões, em 17 de março de 2021.

LUIZA ERUNDINA

PSOL-SP

⁴ Também disponível em: <http://intervozes.org.br/na-tentativa-de-reescrever-a-historia-ebc-censura-ditadura-e-golpe-em-reportagens/>

